



PERCEPÇÕES INTERGERACIONAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SUSTENTABILIDADE

Integrational perception of family farmers on food production and sustainability

Cianarita Caron Figueiró¹
Arlene Anelia Renk²

RESUMO

Considerando que o meio rural do oeste catarinense passa por constantes transformações econômicas, ambientais e sociais, em algumas propriedades rurais, temos a prevalência de três gerações, interagindo no mesmo espaço, com idades e percepções distintas acerca da reprodução social e produtiva. Este artigo tem como objetivo geral analisar a percepção intergeracional de agricultores familiares sobre a produção de alimentos e a sustentabilidade. Foram estudadas dez famílias rurais com a composição familiar de três gerações: avós, pais e jovens. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas. Foram identificadas mudanças significativas em relação à interação entre o espaço urbano e rural, com conciliação de atividades agrícolas e não agrícolas, e que a pluriatividade vem promovendo a autonomia, principalmente para as mulheres e os jovens. As três gerações de agricultores não encerram seu ciclo de transmissão e reprodução social e produtiva. Os atores que vivem nesse espaço estão propensos a rever os seus modos de produção, adaptando-se às mudanças da sociedade e às alternativas viáveis à sua realidade, mas conservam valores e tradições que são transmitidos às gerações seguintes e que caracterizam a simbologia da identidade étnica e cultural da agricultura.

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Extensionista Social da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, no Oeste Catarinense. Endereço eletrônico: cianarita@unochapeco.edu.br

² Doutora e Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, professora titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Endereço eletrônico: arlene@unochapeco.edu.br

Palavras-chave: agricultura familiar; campesinato; intergeracionalidade; reprodução social e produtiva.

ABSTRACT

The rural environment of Santa Catarina state undergoes constant economic, environmental and social transformations. In some rural properties, we have the prevalence of three generations, interacting in the same space, with different ages and perceptions about social and productive reproduction. This article aims to analyze the intergenerational perception of family farmers on food production and sustainability. It was studied ten rural families with family composition of three generations: grandparents, parents and young people. Data were obtained from semi-structured interviews that were recorded and transcribed. We identified significant changes in relation to the interaction between the urban and rural space with the conciliation of agricultural and non-agricultural activities, and pluriactivity has been promoting autonomy, especially for women and young people. The three generations of farmers do not end their cycle of transmission and social and productive reproduction. The actors who live in this space are prone to review their ways of production, adapting to the society changes and the viable alternatives to their reality, but they preserve values and traditions that are transmitted to the following generations and that characterize the symbology of ethnic and cultural identity of agriculture.

Key Words: family farming; peasantry; intergenerationality; social and productive reproduction.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o espaço rural passou por mudanças econômicas, ambientais, sociais e técnicas em decorrência de fatores e comportamentos advindos, principalmente, do sistema capitalista. Diferentes formas de organização econômica, social e cultural permeiam esse espaço e seus contextos históricos, e estudar a agricultura e sua estrutura é fundamental para entendermos como as mudanças que ocorreram na região oeste de Santa Catarina, em especial as novas atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural, podem

contribuir para a reprodução social e produtiva nas unidades familiares.

Falar em agricultura é abordar os diferentes sistemas alimentares que compreendem os aspectos de produção, distribuição e consumo de alimentos. O oeste catarinense se caracteriza por pequenas propriedades rurais que diversificam suas atividades na produção de grãos (milho, soja, feijão e trigo), na criação de animais (pecuária de leite e de corte, avicultura e suinocultura), bem como no plantio de olerícolas. Nessas propriedades, os padrões de herança privilegiaram a “unigenitura que implicava

o desperdício dos demais filhos da propriedade de origem e o encaminhamento destes ou a atividades laborativas, que não a de colono, ou à novas frentes agrícolas” (RENK, 2000, p. 17). Naquelas em que o herdeiro assume os cuidados com os pais, ao constituir nova família, prevalecem duas ou mais gerações, interagindo e construindo sob diferentes concepções novas formas sociais de organização produtiva.

As sociedades contemporâneas e ocidentais mudam constantemente em decorrência do aumento de informações, da diversidade cultural dos diferentes grupos sociais, da globalização e da intensificação dos meios de comunicação, que interferem diretamente nos espaços de vivência e nas percepções dos atores do meio rural. Essas transformações atentam significativamente para mudanças nas relações intergeracionais, que, inseridas no mesmo espaço, buscam a reprodução social familiar por meio da transmissão cultural de geração para geração.

A análise perceptiva da agricultura em temporalidades diferentes é necessária para compreender se essas concepções interferem nas relações pessoais e interpessoais que envolvem o social, o econômico e o cultural na propriedade com prevalência de três gerações. Para Tedesco

(1999), o cotidiano de hoje no meio rural e na unidade familiar precisa estar vinculado com a organização e com a existência da sociedade, pois, nesse espaço, existe uma história social, cultural e economicamente construída.

Assim, diante das diferentes percepções das gerações que permeiam a convivência familiar, perguntamo-nos quais são as estratégias da agricultura familiar frente às exigências do mercado em relação à produção de alimentos em um contexto intergeracional?

Para responder esse questionamento, pautamo-nos no objetivo de analisar a percepção intergeracional de agricultores familiares³ sobre a produção de alimentos e a sustentabilidade. Por ser esse objetivo de uma amplitude significativa, estabelecemos como objetivos específicos: identificar os sistemas de produção nas diferentes gerações; compreender as diferentes percepções das gerações que convivem em um mesmo espaço com experiências e técnicas de temporalidade diferentes e compreender como acontece o processo de transmissão e a troca de conhecimentos entre as gerações.

A metodologia da pesquisa foi a de abordagem qualitativa, de caráter

³ Neste artigo, utilizamos os termos agricultura familiar e campesinato como sinônimos.

etnográfico, sob a concepção construtivista social de que os significados são construídos pelos seres humanos a partir das observações e dos dados coletados a campo (CRESWELL, 2010), sendo vista “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26).

Na identificação dos participantes, utilizou-se a técnica de amostragem “bola de neve” (*snowball*), que Bernard [2005], apropriado por Vinuto (2014, p. 204), considera ser “uma técnica de amostragem de rede útil para se estudar populações em que não há precisão de quantidade e com acesso mais restrito de estudo”, que é o caso das famílias com três gerações. As entrevistas foram semiestruturadas, com questionários baseados em um roteiro predefinido e com observações qualitativas sobre o comportamento dos entrevistados.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 14 de abril a 12 de junho de 2018, com uma amostra de 10 (dez) famílias de agricultores com a prevalência de três gerações⁴ na propriedade. No total, foram entrevistadas trinta pessoas, sendo dez avós, dez pais e dez jovens, residentes

em comunidades do meio rural do município de Chapecó (SC). Essas famílias possuem algumas características similares na agricultura familiar, principalmente nas atividades de produção de grãos, (milho, feijão, soja); pecuária de corte e leite; suinocultura e avicultura (integração); horticultura e piscicultura. É importante destacar a presença de atividades não agrícolas consideradas significativas para o processo de reprodução social e permanência de jovens e mulheres no campo.

No universo dessa pesquisa, a composição do grupo familiar é de três gerações, que interagem e dialogam nos arranjos produtivos com diferentes percepções, diferentes formas de produzir, de pensar e de organizar a propriedade. Estão inclusas: a) a primeira geração, a dos avós, pertencentes a uma faixa etária entre 71 a 86 anos de idade e que dialogaram suas percepções a partir da agricultura camponesa; b) a segunda geração, a dos pais, com uma idade entre 45 a 53 anos e uma percepção de agricultura direcionada à modernização; c) a terceira geração, a dos jovens, com idade aproximada de 17 a 28 anos de idade, com a percepção de agricultura voltada à tecnologia e à inovação. Juntas, essas três gerações dividem o espaço de convivência, criam

⁴ O termo geração se refere a: avós como a primeira geração, pais como a segunda geração e jovens como a terceira geração inseridos na mesma unidade familiar.

uma estrutura afetiva nas relações e experiências, primando pela boa convivência e buscando alternativas de

reprodução social e produtiva no meio rural.

2. PERCEPÇÕES INTERGERACIONAIS NO MEIO RURAL

Vários estudos vêm destacando que os estabelecimentos rurais têm como pressupostos uma ligação entre o local de trabalho e a residência dos membros familiares. A relação entre família, terra e trabalho organiza os valores da vida e a reprodução social da agricultura (TEDESCO, 1999a; WOORTMANN, 1990; SEYFERTH, 2011). Nesse espaço, as pessoas vivem e constroem suas relações sociais a partir do convívio, das experiências e das vivências culturais. Além disso, fortalecem suas ramificações por meio da transmissão da simbologia e dos valores às gerações seguintes, organizando e construindo suas concepções de mundo a partir das subjetividades, da organização de vida e de experiências historicamente vivenciadas.

Nesse contexto, a partir de 2006, a agricultura ganha novo espaço político com a regulamentação da Lei nº. 11.326/200, que estabelece princípios, conceitos e diretrizes para a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar. Conforme essa lei, considera-se

agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e que atende os seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (LEI nº. 11.326/2006).

Desse modo, essa categoria de pequena produção passa a ser reconhecida como uma categoria social com políticas públicas específicas para atender as suas demandas.

O processo produtivo de alimentos se fortalece a partir do saber-fazer do/a agricultor/a, um conhecimento adquirido e que, na maioria das vezes, é transmitido de geração a geração. “De nada adianta aos agricultores familiares a posse dos meios de produção e do objeto de produção (a terra) se estes não tiverem o saber-fazer

que fornece o conhecimento necessário para desenvolver o processo de produção dos alimentos” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 110). O saber do agricultor permeia as relações sociais na unidade familiar e é assimilado de maneiras diferentes e específicas pelos componentes do grupo familiar independentemente de gênero e/ou geração. Esse saber-fazer oportuniza uma diversidade na produção de alimentos, principalmente àqueles destinados ao autoconsumo, garantindo a sustentabilidade da unidade familiar.

Além das atividades produtivas, no meio rural, também se destacam características como a “diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições e a família como proprietária, trabalhadora e produtora” (TEDESCO, 1999, p. 33).

Esse espaço também é considerado um local pelo qual instituições socioculturais e econômicas perpassam, deixando seu legado e fortalecendo suas especificidades. Uma dessas instituições é a família, que é compreendida como uma instituição histórico-social (LISBOA et al., 2007) em que o grupo possui características próprias e constrói arranjos produtivos que vão se transformando

embasados na dinâmica de produção e nas configurações intrínsecas e extrínsecas da unidade familiar. A família, por ser uma categoria histórica e concreta, é permeada pelos conflitos e pelas contradições sociais (TEDESCO, 1999a, 1999b) e, segundo Lisboa et al., (2007), pode ser entendida como herança intergeracional.

Na interação desses vínculos encontramos uma importante herança intergeracional, a qual se reflete na relação familiar e afeta as alianças, os pactos e a convivência entre os membros. Na dimensão grupal familiar converge uma trama de complexas intermediações, engendradas pela herança intergeracional e conduzidas também pela cultura. O conceito de transmissão intergeracional compreende a travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições, a qual pode ser consciente ou inconsciente (LISBOA et al., 2007, p. 52).

As relações socioculturais e econômicas, sendo transmitidas de geração a geração, podem ser construídas harmoniosamente ou de forma conflitante, dependendo dos arranjos familiares para a reprodução social e econômica e das dinâmicas interpessoais na unidade familiar. A respeito disso, Tedesco (1999a) discorre que:

Entendemos que as diferentes formas como se organiza o trabalho e o convívio da unidade familiar estão em profundo conflito e tensão com o processo da racionalidade técnico-econômica, sendo parte integrante de seu próprio movimento e fundando-se nas relações sociais e de convívio imbricadas em fenômeno da cultura e do *ethos* de colono (TEDESCO, 1999a, p. 29).

Ao abordar as particularidades do campesinato, Seyferth (2009) ressalta que a estrutura familiar apresenta algumas particularidades mesmo com a prevalência das famílias nucleares na maioria das sociedades modernas. No campesinato europeu, há uma composição familiar de três gerações, o que também se pode chamar de família tronco. Segundo a autora, essa ocorrência se deve à transmissão do patrimônio indivisível e ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (SEYFERTH, 2009, p. 286).

A existência de famílias numerosas era conciliável com a necessidade de mão de obra para a execução das atividades agrícolas e a criação de animais e, nesse agrupamento familiar, havia a convivência de três gerações compartilhando o mesmo espaço de produção e de vivência (STROPASOLAS, 2006) e com papel importante na transmissão do patrimônio sociocultural intergeracional (WOORTMANN, 1995; WANDERLEY, 1999). A terra não é somente um bem mercantil, mas um patrimônio moral, e o trabalho se reveste de valor ético, qualidade que Woortmann (1990) chama de campesinidade e Woortmann (1995), de família-tronco.

Conforme Tedesco (1999), o saber fazer técnico, a organização do processo de

trabalho e o entendimento sobre o dinamismo e o equilíbrio da natureza fazem parte da subjetividade do *ethos* de colono, em que os valores, os costumes, os conhecimentos e a cultura das gerações ancestrais são transmitidos às gerações seguintes e incorporados ao ambiente familiar. Compreender como os atores rurais em propriedades intergeracionais se organizam diante das novas exigências do mercado capitalista é importante para assimilar as dinâmicas do desenvolvimento local e regional.

A coexistência geracional em uma família com avós, pais e filhos pode apresentar diferenças em relação às concepções culturais e sociais de cada geração, mas é importante destacar que as aprendizagens que são transmitidas de uma geração para a outra refletem uma relação de confiança e formam uma base para a formação do indivíduo. Conforme Lisboa et al. (2007, p. 53), é “de geração em geração que reconhecemos as tradições familiares ancoradas, às vezes, nos mais rígidos e inflexíveis hábitos e atitudes do cotidiano, garantindo a sobrevivência do grupo em meio as transformações sociais e econômicas da sociedade”. Cada geração tem um momento com vivências e experiências singulares, e a coexistência entre elas permite aprendizagens

individuais e grupais que direcionam os membros da unidade familiar para os objetivos propostos.

Para Motta e Weller (2010), reconstruir as trajetórias sociais das gerações anteriores é relevante para entender as ações das novas gerações, principalmente os novos desafios a eles impostos. Cada família faz sua transição em um determinado momento, e “a abordagem das relações sociais a partir das posições geracionais significa uma análise inescapável de trajetórias sociais no tempo; no tempo existencial dos indivíduos e no tempo social, coletivo e histórico, portanto, tanto de tendências a mudanças como a permanências” (MOTTA; WELLER, 2010, p. 177).

Nas propriedades intergeracionais, como em outras propriedades, há alguns aspectos que permeiam e explicam a divisão do trabalho, principalmente entre gênero. Sobre essa divisão, alguns estudos dizem que as mulheres, as crianças e os jovens ocupam posição subordinada em relação ao trabalho, e que este geralmente aparece como ajuda (BRUMER, 2004). Normalmente, às mulheres cabe a realização de trabalhos considerados leves e, aos homens, cabe o trabalho mais pesado (PAULILO, 1987). Nessa análise, a autora conclui que o trabalho é considerado leve

(com remuneração baixa) não pelas características do trabalho em si, mas por quem é executado, no caso, avaliando a posição hierárquica das pessoas que executam as atividades dentro da unidade familiar (PAULILO, 1987). Ao mesmo tempo que a família é a proprietária dos meios de produção, a execução dos trabalhos ocorre a partir da força dos membros da família (WANDERLEY, 2000; 2003) – destacando-se que vivemos em uma sociedade que atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família (BRUMER, 2004).

As atividades executadas pelas mulheres no meio rural estão relacionadas aos trabalhos com a horta, aos cuidados com os animais (alimentação, limpeza e ordenha), ao processamento dos produtos agrícolas e à produção dos alimentos para o autoconsumo (SILVA; SCHNEIDER, 2010), entendendo-se que as habilidades femininas são fundamentais para a execução dessas atividades. Há que se considerar que a produção de alimentos para o autoconsumo tem que ser vista como uma complementação da renda e é fator importante na gestão econômica da propriedade. Segundo Tedesco (1999a), é evidente a importância econômica do trabalho da mulher na unidade produtiva mesmo que esse trabalho não seja

quantificado em horas e nem seja remunerado.

Contudo, em relação ao trabalho, há que se considerar que a mulher vem conquistando espaço, tanto na esfera pública quanto na doméstica, o que vem sendo observado também no meio rural pela proximidade com o modo de vida urbano e pela ampliação das atividades não agrícolas no campo (CARNEIRO, 2001). Isso oportuniza a abertura de novos espaços entre os indivíduos e a família e “surte efeito nas relações sociais de gênero e na posição da mulher na sociedade” (CARNEIRO, 2001, p. 42).

Segundo as Nações Unidas no Brasil (FAO, 2018), a contribuição das mulheres é fundamental para o desenvolvimento da sociedade no que se refere à segurança alimentar e nutricional da população. Porém, o mundo precisa enfrentar as desigualdades de gênero, especialmente aquelas existentes no meio rural. As Nações Unidas no Brasil (FAO) reconhecem a importância de igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais, que, quando têm o poder de decidir, beneficiam toda a sociedade (FAO, 2018).

2.1 Percepções sobre desenvolvimento sustentável no meio rural

O processo de modernização⁵ da agricultura, que, no Brasil, começou nos anos 1960 e 1970, também conhecido como Revolução Verde, teve como objetivo elevar a produtividade do trabalho e o crescimento global da produção de alimentos. Esse pacote teve como base o incentivo à mecanização da agricultura com a inserção de novas tecnologias e máquinas que foram incorporadas ao processo produtivo (HERRERA, 2012).

A partir desse novo padrão de desenvolvimento agrícola, ocorreram mudanças ambientais significativas no meio rural. Segundo Almeida (2011, p. 28), “entre os efeitos ambientais estão a contaminação química (solo, água, ser humano, etc.), o desmatamento, a degradação do solo, a poluição do ar e a perda da diversidade biológica”, e a “utilização de grandes quantidades de insumos químicos talvez tenha sido uma das maiores implicações negativas para o meio ambiente”.

⁵ A modernização agrícola se refere a um processo de modificações ocorridas nas relações sociais de produção que engloba a introdução de máquinas e insumos e tende a seguir o modo capitalista e as grandes indústrias conhecido como Revolução Verde (HERRERA, 2012; SANTOS et al., 2014).

Para Santos et al. (2014), houve um aumento na utilização de insumos agrícolas e maquinários, com alta extração dos recursos naturais, e, como consequência, prejuízo à saúde e desequilíbrio no meio ambiente. Segundo as autoras, “a modernização da agricultura trouxe alterações nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional” (SANTOS et al., 2014, p. 34). Da produção de alimentos para subsistência e comercialização de algum excedente, passou-se a valorizar o capital e a comercialização. Essa reestruturação desarticula a forma tradicional do uso da terra; essa prática foi sendo substituída, insumos agrícolas foram sendo inseridos e “os impactos sociais com essas transformações foram intensos” (NEUMANN et al., 2016, p. 192).

Nos últimos anos, a conceituação de desenvolvimento sustentável vem sendo discutida e utilizada nas mais diferentes instituições, em espaços acadêmicos, nas mídias e organizações. Vários são os entendimentos e as reflexões sobre esse tema. Machado (2006), por exemplo, entende que, de um lado, há quem diga que o desenvolvimento sustentável possa ser um caminho para a instauração de uma nova racionalidade econômica que pode oferecer respostas às adversidades geradas

pelo capitalismo e, de outro, há os que acreditam que seja uma ideologia que busca mascarar os efeitos promovidos pelo capitalismo.

Pensar em um desenvolvimento sustentável é adequar a sociedade considerando as dimensões ambiental, econômica e social. Para Nascimento (2012, p. 55-56), na dimensão ambiental, o sistema de produção e o consumo precisam garantir que o ecossistema tenha a capacidade de reconstrução. Na dimensão econômica, é importante o aumento da eficiência da produção e do consumo com garantia da continuidade dos recursos naturais. Na dimensão social, todos os cidadãos devem ter a garantia de, no mínimo, viver com os recursos naturais necessários sem prejudicar os outros.

Como na agricultura a produção é largamente dependente da natureza e se assenta em “deseconomias de escala”, somente os próprios produtores/trabalhadores conseguem fazer ajustes constantes nos processos de produção (SCHNEIDER, 2010, p. 526) – apenas um equilíbrio entre meio ambiente e ser humano pode contribuir para a preservação da biodiversidade local.

Em relação a uma agricultura sustentável, com práticas de preservação ambiental, Santos et al. (2014) destacam

que apresenta alguns elementos, como: “uma produção estável e eficiente dos recursos produtivos, a segurança e autossuficiência alimentar, o uso de práticas de manejo agroecológico, a preservação da agricultura familiar e da cultura local, da autogestão e participação dos agricultores, bem como a conservação e recuperação dos recursos naturais” (SANTOS et al., 2014, p. 38).

Na busca pela sustentabilidade na agricultura, uma alternativa é a transição do modelo convencional para um modelo sustentável por meio da agroecologia⁶. “Atualmente, tanto a agricultura quanto a produção alimentar tendem a ser cada vez mais influenciadas por pressões que resultam do seu relacionamento com o meio ambiente” (VEIGA, 1996, p. 388), e o “fortalecimento dos papéis desempenhados pelos grandes grupos, como mulheres, povos indígenas e outros, é fundamental e pode contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável”

⁶ Neste artigo, não é objetivo aprofundar o tema sobre agroecologia. Para maiores informações sobre o tema, consultar: “A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável” (2017). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805%3Aa-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-no-brasil&catid=400%3A2017&directory=1&Itemid=1

(FAO, 2017). Dias et al. (2015) ressaltam que:

Movimentos de agricultura alternativos ao convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos têm tido um reconhecimento cada vez maior (DIAS et al., 2015, p. 164).

Diante disso, os diversos atores envolvidos com o processo de produção e consumo de alimentos necessitam constantemente de diálogos para buscar estratégias que minimizem os impactos ambientais em decorrência do uso inadequado de produtos químicos que, a cada dia, expõem a população, deixando-a vulnerável a problemas de saúde.

2.2 A pluriatividade no meio rural

Constata-se que, nas últimas décadas, um novo cenário vem-se apresentando no meio rural com algumas distinções entre agricultura e espaço rural. A partir de 1990, tem ocorrido um crescimento significativo de pessoas que residem no meio rural e se ocupam de atividades não agrícolas, reforçando que, além da produção de alimentos e matéria-prima, o meio rural também é um espaço de moradia, de lazer e de identidade cultural (SCHNEIDER, 2005).

A agricultura familiar não é uma categoria recente: traz características do campesinato e, devido à abrangência e ao significado que lhe foi atribuído nos últimos anos, caracteriza um novo retrato do meio rural, com novos personagens que diferem do camponês tradicional (WANDERLEY, 1996), mas que mantêm uma história que é social, cultural e economicamente construída nesse espaço (TEDESCO, 1999).

Diante de mudanças na estrutura organizacional das famílias rurais, a inserção de atividades não agrícolas e a possibilidade de desenvolver outras funções contribuem para as relações econômicas e sociais dos membros familiares. Segundo Schneider (2010):

[...] emerge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas. O rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades (SCHNEIDER, 2010, p. 521).

Graziano da Silva, em 1997, já ressaltava um novo rural brasileiro que estava emergindo devido às transformações econômicas, sociais e políticas que vêm ocorrendo na sociedade, com uma combinação de atividades entre

urbano e rural, como resultado do processo de industrialização e transformação da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Para Schneider (2005), “as famílias se tornam pluriativas quando, no interior delas, existe a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem [...]” (SCHNEIDER, 2005, p. 3). Para Wanderley (2003), a pluriatividade seria “[...] uma estratégia da família com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2003, p. 52).

A inserção de atividades não agrícolas no meio rural emerge como alternativa importante para a reprodução social e econômica nas famílias rurais, além de promover mudanças no papel representativo da mulher e do jovem dentro da unidade familiar. Silva e Schneider (2010), ao estudarem sobre a influência da pluriatividade em famílias rurais de municípios do Rio Grande do Sul, relatam que a valorização da mulher se dá em decorrência da sua entrada no mercado de trabalho, e a pluriatividade entra como

uma alternativa de socialização e de autonomia, principalmente para homens e

mulheres, ao executarem essas atividades fora da propriedade.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O campesinato é uma forma social de produção com dedicação para garantir a subsistência familiar, diversificação produtiva e aplicação da alternatividade (WANDERLEY, 2003). No período referenciado como a primeira geração, a produção dos alimentos era mais diversificada, sendo, preferencialmente, para atender a subsistência familiar. A comercialização dos alimentos produzidos ocorria a partir do seu excedente na propriedade, e os recursos obtidos com essa venda se destinavam à aquisição de produtos e/ou utensílios necessários e não produzidos na propriedade. Quando possível, com uma produção maior, adquiriam-se novas terras, que seriam utilizadas para o aumento da produção. Na geração dos pais, identificou-se a entrada de outras culturas, bem como a inserção de novas atividades no meio rural, principalmente a integração com agroindústrias nas atividades de suinocultura, avicultura e plantio de soja, em escala maior, e com objetivo de comercialização. Em relação à atualidade, representada pela geração dos jovens, percebe-se um novo olhar para o meio

rural, com a possibilidade de agregação de valor aos produtos da agricultura, principalmente em atividades como: agroindústria familiar, turismo rural, piscicultura e a produção de olerícolas.

No Quadro 1, é possível observar mudanças significativas nas atividades desenvolvidas e nos alimentos produzidos em cada uma das gerações estudadas. A primeira geração de agricultores (avós) produzia alimentos para o consumo familiar e iniciou um processo de comercialização do excedente para adquirir mantimentos e insumos necessários ao fortalecimento da unidade. A partir da segunda geração (pais) de agricultores, surge um novo modelo de sistema produtivo, que introduz maquinários, insumos e tecnologias e adentra a integração com agroindústrias e outras possibilidades para o meio rural. Algumas alternativas permitiram o aumento da renda nas unidades familiares, contribuindo para a reprodução social e oportunizando que a terceira geração (jovens) permaneça no campo com renda e qualidade de vida.

A autossuficiência dos agricultores em relação à produção de alimentos para o autoconsumo é muito valorizada pelos integrantes da família. Apesar de ter diminuído em relação à geração dos avós, a produção desses alimentos apresenta, atualmente, viabilidade econômica, cultural e socioambiental. Ao produzir alimentos para o autoconsumo, o agricultor deixa de adquiri-los fora da propriedade, não necessitando do dispêndio de recursos para a sua aquisição e proporcionando maior segurança alimentar e nutricional ao grupo familiar por produzir e consumir alimentos com qualidade e sem utilização de agroquímicos (GRISA, 2007; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

Outra característica importante no meio rural é a vida comunitária, em que os sujeitos constroem as relações pessoais e interpessoais e a noção de pertencimento a um determinado grupo social – os valores da reciprocidade e solidariedade presentes na geração dos avós fortaleciam as vivências comunitárias e os vínculos entre vizinhos e parentes.

Conforme Dorigon e Renk (2013), a sociabilidade foi uma característica marcante no período de colonização no oeste catarinense e também no Rio Grande do Sul pelo vínculo entre vizinhos e parentes na troca de mão de obra e

visitação, principalmente, em comunidades novas. Essa ajuda mútua estava relacionada às necessidades das famílias e à forma de compartilhamento de recursos e troca de produtos, como grãos e alimentos (DORIGON; RENK, 2013). O oeste catarinense se diferencia das demais regiões do país pela vida comunitária, que contribui para a manutenção das populações rurais com qualidade de vida e a construção dos seus projetos de desenvolvimento (DORIGON; RENK, 2013). A vida comunitária expressa na geração dos avós também pode ser representada pela prática dos puxirões⁷, observada nos relatos a seguir:

Fazia o puxirão, daí fazia numa casa, ajudava colhe as coisas, fazia o almoço pra todo mundo, era divertido aquela época, polenta, massa, carneava um porco, dividia com os vizinhos, e quando eles matavam eles devolviam, fazia o salame e deixava no porão, ele mofava e ficava bom (N., 74 anos).

⁷ O termo puxirão (utilizado pelos agricultores) se refere a mutirão e é uma forma de trabalho coletivo que reúne parentes, amigos, vizinhos e compadres para a realização de determinada tarefa agrícola ou da indústria doméstica que termina em festa, comida, bebida e, muitas vezes, em dança (CANDIDO, 1964).

Quadro 1. Alimentos e atividades desenvolvidas pelas três gerações.

Famílias	Alimentos e atividades desenvolvidas na geração dos avós	Alimentos e atividades desenvolvidas na geração dos pais	Alimentos e atividades desenvolvidas na geração dos jovens
Família 1	Milho, feijão, trigo, suínos	Milho, soja, avicultura	Horticultura
Família 2	Milho, feijão, trigo, cebola, mandioca, batatinha, batata-doce	Milho, feijão	Bovinocultura de leite, milho, soja
Família 3	Milho, arroz, soja, galinha, ovos	Bovinocultura de leite, milho, soja	Avicultura, soja, milho, bovinocultura de corte
Família 4	Galinhas caipiras, suínos, batata-doce, ovos, leite	Soja, milho, trigo, avicultura, erva-mate, suinocultura, bovinocultura de leite	Avicultura, bovinocultura de leite, soja, milho
Família 5	Trigo, milho, açúcar mascavo, apicultura, arroz, banha	Suinocultura, milho, horticultura, produção de queijos	Horticultura, produção de queijos
Família 6	Mandioca, milho, erva-mate, feijão	Milho, soja, feijão, mandioca	Milho, soja, turismo rural (camping)
Família 7	Milho, feijão, arroz, soja, pipoca, mandioca, cana-de-açúcar	Milho, soja, feijão, arroz	Avicultura, milho, apicultura, arroz, feijão, mandioca, batata-doce, bovinocultura de leite
Família 8	Trigo, feijão, soja, milho, arroz (para o consumo), pipoca, açúcar mascavo	Milho, soja, feijão, arroz, avicultura, suinocultura	Piscicultura, milho, soja, suinocultura, agroindústria familiar (processamento de carne suína)
Família 9	Milho, mandioca, trigo, suínos	Suinocultura, soja, milho, bovinocultura de corte	Grãos, bovinocultura de corte, arroz, feijão, apicultura, mandioca, batata, avicultura
Família 10	Milho, feijão, arroz, trigo,	Bovinocultura de leite, fumo, trigo, soja, milho, feijão	Avicultura, bovinocultura de leite, grãos para silagem, fumo

Fonte: dados levantados na pesquisa de campo (2018).

A prática de solidariedade e reciprocidade demonstrada na geração dos avós se manteve por um período na geração dos pais, porém, em menor proporção. Atualmente, os agricultores mais jovens consideram importante a

promoção dessa cultura no meio rural em decorrência da pouca disponibilidade de mão de obra no campo por avaliarem que essa prática fortalece os vínculos sociais entre parentes e vizinhos e também por valorizarem as representações simbólicas e as práticas associadas à geração passada.

Em relação à alimentação, há uma preocupação em preservar as características da agricultura no que se refere às práticas alimentares, arraigadas em uma determinada cultura na qual os costumes alimentares estão contidos nas práticas que preservam a experiência sociocultural dos indivíduos, e essas práticas são transmitidas de geração a geração (GARCIA, 2005).

Na discussão sobre os alimentos consumidos na geração dos avós e os alimentos consumidos hoje, há que se destacar que cada família possui uma alimentação seguindo os seus valores, costumes, cultura e, principalmente, a disponibilidade desses alimentos. Para Menasche (2007), os costumes de determinados grupos sociais e a escolha dos alimentos dependem da cultura – a comida é um alimento transformado pela cultura.

Por meio da alimentação, reflete-se a identidade de um grupo e o sentimento de pertencimento a esse grupo que desponta

na memória cultural alimentar (MENASCHE, 2007). Essa memória faz com que os avós se recordem da alimentação daquela época: “[...] a gente fazia tudo coisa caseira e juntava até radiche do mato, cozinhava temperava com toucinho de porco assim que a gente carneava em casa e comia com polenta, mas aquilo, me dá até água na boca de tanto que a gente gostava e comia” (D., 72 anos). Ainda sobre a memória alimentar Amon e Menasche (2008) discorrem que as lembranças dessas comidas recordam o modo de elaboração tradicional dos pratos em que o saber-fazer e a utilização de alguns utensílios são categóricos para o preparo da comida.

Ao mesmo tempo que o padrão alimentar de algumas famílias rurais se mantém pelas características culturais e os costumes herdados das gerações ancestrais, em outras famílias, há inovações com novas práticas alimentares que transformam identidades e percepções de diferentes sujeitos. Comparando as gerações passadas com as gerações atuais, percebe-se que as mudanças são relevantes, sobretudo, no consumo de produtos industrializados. Essas mudanças ficam evidentes no depoimento de uma jovem, que destaca que “hoje a maioria dos alimentos que as pessoas consomem é

industrializado e que na época da vó, não compravam tanto, e hoje tudo o que as pessoas veem eles querem comprar, e isso acaba prejudicando a saúde” (R., 17anos). Essa percepção demonstra uma preocupação referente aos tipos de alimentos que estão sendo consumidos. A geração dos jovens tem a clareza de que a alimentação na época dos seus avós era mais saudável do que a alimentação atual e considera que as mudanças nos hábitos alimentares estão relacionadas à influência do estilo de vida e à tendência à modernização da alimentação, o que Amon e Menasche (2008, p. 18) dizem ser o “símbolo de modernidade”.

Uma expressiva ascensão de consumidores busca o consumo de produtos naturais e orgânicos que possam proporcionar saúde e bem-estar às pessoas; com isso, há uma tendência voltada à sustentabilidade em relação ao modelo de produção que vem sendo utilizado por alguns agricultores, principalmente pela geração dos jovens. Porém, ainda é uma parcela pequena que opta pela produção orgânica. Ao produzir alimentos nesse sistema, o agricultor tem maior autonomia por não depender de insumos externos e por ser uma alternativa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. Em uma das propriedades

estudadas, há um destaque para a produção orgânica, com uma diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo e para a comercialização. Os relatos a seguir demonstram a percepção de produzir alimentos pensando em propostas de desenvolvimento sustentável:

[...] eu vejo que a nossa produção respeita muito o meio ambiente assim, a gente trabalha não contra, e não tirando os recursos, mas a gente trabalha junto com eles, a gente aproveita a nossa propriedade, mas também para ter mais para a frente (J., 23 anos).

Produzir alimentos eu acho excelente, muitas pessoas dizem que nós temos um privilégio de estar morando aqui, e eu acredito que realmente é isso, porque quem que tem o privilégio de plantar alguma coisa e comer ao natural, ali mesmo, e isso é o bom, porque nós temos espaço suficiente para plantar, produzir e comer o que a gente quiser. Eu acho que é muito bom também para as gerações futuras, o quanto mais natural possível, melhor ainda (D., 17 anos).

Nesse sistema de produção, a preservação da biodiversidade é maior em comparação àquelas com o sistema produtivo convencional, com uma relação diferente na utilização dos recursos naturais. Também se constatou que o processo de diálogo e interação está mais avançado entre os membros familiares com participação ativa de jovens e mulheres. Ao produzir alimentos nesse sistema mais ecológico, há uma preocupação de garantir a sustentabilidade econômica, ambiental e

social, conforme demonstram relatos dos entrevistados:

[...] dá para produzi sem agrotóxico, nós, já são 20 anos que temos o orgânico, produzir um alimento mais limpo, mais saudável, sem agrotóxico, porque é melhor para a saúde das pessoas (T., 71 anos).

Ali que está a grande diferença, a natureza, a terra, a água, o grande diferencial está aí, sem agredir o meio ambiente, sem uso de agrotóxico, de inseticida. Antes a gente fazia a cultura, a gente estragava as nascentes, não tinha esse cuidado com a natureza, então, eu acho que a produção consciente, a produção olhando o que nos cerca é melhor. Nós recebemos uma terra maravilhosa, e veio dos nossos avós, dos nossos pais, e vamos ver mais duas três gerações para frente, os nossos filhos, os que vão vir ainda, então eu acho que a obrigação nossa é deixar um planeta, uma terra, com vida para eles, e não destruir tudo (O., 50 anos).

Conforme meus pais foram produzindo os produtos orgânicos, eles foram me incentivando e me dando para passar isso adiante, eu vejo que a nossa produção hoje respeita muito o meio ambiente, a gente não trabalha contra, e não tirando os recursos, mas a gente trabalha junto com eles, a gente aproveita a nossa propriedade para poder ter mais para a frente. A gente comercializa nos supermercados, na feira, tem um contato bem grande com o consumidor, nosso produto, ele é mais valorizado, mas ele também tem um custo muito maior para produzir. Por cuidar da natureza, talvez esse seja o principal fator da gente ter um preço maior nele, produz pouca em determinada área e o quanto a gente perde (J., 23 anos).

A geração atual mantém uma percepção em relação a preservação ambiental e sustentabilidade pautada em exigências legais e na preocupação em preservar para as gerações futuras. Através de práticas produtivas que não agredam o meio ambiente, com manutenção e preservação dos recursos naturais e o

mínimo de impacto ambiental, as novas gerações procuram integrar aspectos econômicos e sociais ao ambiental.

Em relação à percepção de preservação ambiental constatada na geração dos avós, vemos uma reflexão sobre um passado idealizado, em que as ações de transformações nas paisagens naturais através dos desmatamentos não eram vistas como impacto ambiental, mas, sim, como necessárias à colonização do território, conforme o relato do agricultor: “Tirava do meio ambiente só aquilo que precisava, árvore para fazer as casas” (J., 85 anos). Essa percepção pode ser vista como uma memória idealizada e medida pelos valores de preservação ambiental atuais. Bublitz (2006, 2008), em seus estudos sobre história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul, aborda os impactos ambientais no processo de colonização europeia e as relações estabelecidas entre sociedade e natureza, relatando que essa colonização promoveu mudanças significativas nas florestas existentes naquela região.

Não diferente, esse processo também ocorreu em Santa Catarina, principalmente na região oeste, onde muitos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul se instalaram. Esses imigrantes, ao realizarem o desmatamento, abriram fronteiras para

novas lavouras, utilizando-se de um solo mais fértil e proporcionando uma maior produção (BUBLITZ, 2006.) Historicamente, a colonização foi o período de maior desmatamento no sul do país. Do ponto de vista governamental, não houve uma preocupação efetiva em relação ao meio ambiente, e o desmatamento teve um novo significado a partir do momento em que os colonos ali se estabeleceram e empreenderam o que Bublitz (2008, p. 215) chama de “desmatamento civilizador”.

Em relação ao trabalho que as mulheres desempenham, nas famílias estudadas, na geração das avós, as mulheres tinham o papel de provedoras na constituição e nos cuidados com a família – era frequente trabalharem até poucos momentos antes do nascimento dos filhos (STROPASOLAS, 2006). “As mulheres tinham um cotidiano duro; além de todo o trabalho na unidade produtiva, também tinham inúmeras gestações e partos e conciliavam as gestações com as demais atividades” (SILIPRANDI; CILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 574).

Nas famílias estudadas, as mulheres exercem o domínio sobre a produção e a diversificação de alimentos para o consumo familiar, trabalho que, muitas vezes, é dividido com a avó, quando essa

dispõe de saúde para contribuir nas atividades. Além do plantio e da manutenção das hortas e dos pomares domésticos, as mulheres também são as responsáveis pelo preparo das refeições, dos alimentos na cozinha e ainda se dedicam ao preparo de compotas, chimias e conservas/picles. Nessa produção, além de fortalecer o autoconsumo familiar, há um fortalecimento econômico da propriedade com uma dupla economia: não se gasta na aquisição da comida e nem com a aquisição de remédios, pois se preza por alimentos saudáveis e, conseqüentemente, uma boa saúde.

A participação efetiva das mulheres nas atividades desenvolvidas no meio rural vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Além das responsabilidades na produção de alimentos para o consumo, na organização doméstica e na educação dos filhos, elas desenvolvem atividades que contribuem para sua realização pessoal e profissional, bem como alternativa extra de renda para a unidade familiar. Para as mulheres, desenvolver atividades não agrícolas, além de reconstruir seu papel na unidade familiar, fortalece sua autonomia e seu reconhecimento a partir da busca e da realização profissional (SILVA; SCHNEIDER, 2010), ainda que tenham que exercer dupla jornada, conciliando os

afazeres de casa com o trabalho não agrícola. Segundo Wanderley (2003, p. 53), é como se a mulher “tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor”.

Quanto à participação nas tomadas de decisões na propriedade em decorrência da existência das três gerações, constatou-se que, em anos anteriores, as decisões eram tomadas sem muito diálogo familiar, prevalecendo as opiniões e decisões do patriarca, como observado no relato: “antigamente as decisões era mais centralizada na figura do homem, meu pai. Não conversavam muito, não pedia opiniões para tomar as decisões, a prova aí que a gente deu umas erradas, cometeu alguns equívocos” (O., 50 anos). Esse depoimento corrobora Woortmann e Woortmann (1997), que destacam que “há em muitas propriedades uma forte prevalência da concepção do pai-patrão, onde ele é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13). Já em relação à atualidade, o agricultor relata que, “hoje, as decisões são tomadas no coletivo, no grupo, não é só o pai, ou a mãe, a decisão é no coletivo, é a família que decide, ah, vamos fazer isso,

vamos fazer aquilo, e a decisão é tomada em conjunto” (O., 50 anos).

Essa compreensão não acontece na maioria das famílias; ocorre, principalmente, nas propriedades em que o processo estrutural e econômico familiar está mais organizado e nas quais os jovens já participam das decisões. É preciso, portanto, construir um movimento dialético para avançar na construção desse processo com as famílias rurais, pois os jovens precisam sentir-se parte das discussões e decisões da família. Por mais que os pais afirmem que os filhos/as “jovens” participem do processo de discussão, ainda é notório que a decisão final é a do pai.

Um ponto relevante que convém destacar é que em 70% das famílias entrevistadas há um membro familiar que desenvolve outras atividades além das agrícolas. Conforme aponta o Quadro 2, em virtude disso, há uma organização interna de trabalho na propriedade em que, em algumas atividades, as atribuições são divididas e, em outras, há uma espécie de trabalho cooperativo entre os membros familiares. As atividades agropecuárias, geralmente, são coordenadas pelo pai e executadas com o filho. Nas propriedades integradas com agroindústrias, as atividades de criação de suínos e/ou aves, normalmente, ficam sob a responsabilidade

do jovem, que, segundo o pai, tem maior facilidade de compreensão nas orientações

efetuadas pelos técnicos da empresa integradora.

Quadro 2. Atividades agrícolas e a pluriatividade das famílias no meio rural.

Famílias estudadas	Atividades agrícolas atualmente	Pluriatividade das famílias no meio rural
Família 1	Horticultura	Bombeiro
Família 2	Bovinocultura de leite, milho, soja	Jovem trabalha como menor aprendiz
Família 3	Avicultura, soja, milho, bovinocultura de corte	–
Família 4	Avicultura, bovinocultura de leite, soja, milho	Professor/a
Família 5	Horticultura, produção de queijos	Processamento de frutas e leite; jogador de futebol
Família 6	Milho, soja, turismo rural (camping)	Turismo rural (camping)
Família 7	Avicultura, milho, arroz, feijão, mandioca, batata, apicultura, bovinocultura de leite	–
Família 8	Piscicultura, milho, soja, suinocultura, agroindústria familiar (processamento de carne suína)	Agroindústria familiar com processamento de carne suína; prestador/a de serviço
Família 9	Grãos, bovinocultura de corte, arroz, apicultura, feijão, mandioca, batata, avicultura	–
Família 10	Avicultura, bovinocultura de leite, grãos para silagem, fumo	Zelador/a; mecânico

Fonte: dados levantados na pesquisa de campo (2018).

A oportunidade de conciliar as atividades agrícolas com as não agrícolas promove autonomia no grupo familiar, em relação ao processo produtivo, e nas relações socioculturais. Essa alternativa de renda contribui para reorganizar o viés econômico da unidade familiar e condicionar uma garantia de permanência e continuidade no meio rural. Dentre as

atividades internas, destacam-se o turismo rural, a agroindústria familiar, bem como os trabalhos externos à propriedade, como bombeiro, mecânico industrial, prestador de serviços, jogador de futebol, entre outros, que contribuem para a agregação de valor econômico à família e também para a promoção da autoestima.

Outra análise importante que cabe destacar são as atividades intensivas que vêm sendo desenvolvidas no meio rural. A piscicultura é uma delas, inserindo-se como uma nova alternativa na propriedade com expectativas de rentabilidade e oportunidade aos agricultores, como observamos no relato a seguir: “nessa parte dos peixes, a expectativa é boa né, a gente tem um plano de crescimento” (R., 26 anos). Ao mesmo tempo que é vista como uma oportunidade, também é considerada pelo jovem como decisória para a continuidade da atividade e/ou permanência no meio rural: “Se der tudo certo, sim, senão, eu já trabalhei fora, já trabalhei de pedreiro e, se caso alguma coisa der errado, a gente volta de novo para esse ramo, volta para a cidade, mas sempre querendo ficar, morar no interior, mas se precisa a gente tem que buscar né” (R., 26 anos). O relato do jovem, que diz que se a atividade não der certo ele vai trabalhar como pedreiro, reafirma a consideração de Brummer (2004), que ressalta que a construção civil é um setor que absorve uma parte considerável dos emigrantes rurais do sexo masculino por demandar uma mão de obra pouco especializada.

As atividades pluriativas crescem em decorrência de uma modernidade no meio rural e também pelo fato de haver uma

divisão social e familiar do trabalho, principalmente em relação à questão de gênero envolvendo aspectos culturais e econômicos (SCHNEIDER, 2005). A pluriatividade abre um leque de possibilidades em que as mulheres podem inserir-se, demonstrar habilidades e ter sua própria renda.

O desenvolvimento de outras funções pelos filhos, tanto internas quanto externas à propriedade, na maioria das vezes, contribui para a complementação de renda da unidade familiar e também para a individualização e para a busca da autonomia do jovem. Já para as mulheres, pode gerar renda e contribuir com as despesas domésticas, mas, ao mesmo tempo, também pode promover um distanciamento na relação familiar (WANDERLEY, 2003).

Diante das inúmeras oportunidades apresentadas, enfatiza-se a preocupação de que os atores do meio rural precisam estar sempre em constante absorção de informações e conhecimentos, pois esse espaço mudou significativamente de uma geração para a outra, exigindo adaptações constantes. Para enfatizar o exposto anteriormente, pode-se observar a fala de um agricultor que relata as mudanças de percepções dos atores no meio rural:

[...] eu acho que dá segurança pra ter

sequência, eles tinham uma maneira (referindo-se aos seus pais) a gente foi evoluindo, a gente é um ser e tá sempre evoluindo, se transformando, né, dá pra aplicar também na atividade, no tempo da minha mãe, do meu tempo que trabalhei, do meu filho também, é sequência, é continuação de uma vida, de um processo, sei lá, sabendo que a agricultura evoluiu bastante, bastante tecnologia, mas a gente tá sempre apto para absorver, para entender e aplicar também (O., 50 anos).

O agricultor é um ator social que passa por vivências de transformações pessoais e profissionais na unidade de

produção, buscando aperfeiçoar-se e adequar-se às estratégias de sobrevivência a partir das exigências da sociedade na qual está inserido. Contudo, é um ator que associa as experiências vivenciadas em diferentes gerações e apropria-se delas para fortalecer a sua própria identidade cultural e também a dos membros do seu grupo familiar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de que o meio rural é um ambiente com predominância de atividades essencialmente agrícolas passou por modificações nas últimas décadas. Atualmente, nesse espaço, muitas famílias ainda mantêm uma maneira de viver que é peculiar, preservando valores, saberes e representações histórico-sociais que são transmitidas às gerações seguintes; porém, inseriram-se em um contexto rural moderno, adaptando-se às novas formas de produção e inserindo outras atividades na propriedade. Essas conclusões não foram e nem são de generalização para todas as famílias agricultoras intergeracionais. O intuito deste trabalho foi conhecer e compreender as percepções de diferentes atores sociais que compartilham, a partir da convivência no mesmo espaço,

experiências vivenciadas em temporalidades diferentes. Procurou-se identificar se a etnografia das gerações anteriores ainda é transmitida de geração a geração, e as considerações aqui relatadas destacam as particularidades das dez famílias rurais de Chapecó estudadas.

Constatou-se que houve mudanças relevantes nas percepções sobre a produção e o consumo de alimentos da geração dos avós até a geração dos jovens. Muitas mudanças se devem às transformações do espaço rural, em função da heterogeneidade da agricultura nas diferentes gerações, à modernização agrícola, ao acesso às políticas públicas de incentivo a melhorias nas atividades desenvolvidas e às novas alternativas que vêm sendo apresentadas no meio rural. Os

jovens estão buscando novas tecnologias que possam proporcionar uma produção de alimentos voltada ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva, diminuindo o uso de agrotóxicos e preservando os recursos naturais disponíveis, contribuindo, assim, para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Além disso, houve uma evolução em relação aos papéis que as mulheres agricultoras desempenharam no passado e desempenham atualmente nas relações de trabalho. Novas alternativas estão sendo identificadas pelo público feminino e a realização de novas atividades dentro e fora da propriedade está proporcionando maior autonomia para a mulher, renda própria, que pode contribuir com as despesas da casa, além de realização profissional. Muitas estão envolvidas em atividades não agrícolas e veem esse trabalho como uma continuidade das atribuições que exercem na família enquanto mães, esposas e donas de casa, relevantes para o desenvolvimento econômico da unidade produtiva e fundamentais para o equilíbrio e a harmonia no lar.

Contudo, a pluriatividade não é para todas as famílias e unidades produtivas. Para algumas, adotar estratégias de junção

de atividades agrícolas com não agrícolas é uma alternativa de reprodução social. Para outras, desenvolver somente atividades agrícolas pode ser uma opção e escolha do grupo familiar. Sabe-se que existem algumas limitações que precisam ser analisadas quando se fala em pluriatividade no meio rural, e essas podem estar relacionadas a vários fatores, como: capacidade familiar de ascensão a essas novas atividades, acesso a educação e formação continuada, localização da propriedade familiar, informações e habilidades necessárias para desenvolver outras atividades, entre outras.

As três gerações de agricultores familiares estudadas não encerram seu ciclo de transmissão e reprodução social/produtiva. O meio e o modo de vida do agricultor, suas vivências sociais e sua maneira de produzir são relevantes para o desenvolvimento rural e para a reprodução social da agricultura familiar.

Diante de todas essas ponderações, constatou-se que os agricultores utilizam-se de várias estratégias que podem contribuir para a continuidade da reprodução social e produtiva das famílias, como: a busca incessante de conhecimentos e/ou capacitação contínua para acompanhar os processos de modernização e as tecnologias disponíveis

para o meio rural; a retomada de práticas de reciprocidade vivenciada nas gerações ancestrais devido à redução de mão de obra nas propriedades; a opção por uma produção voltada à sustentabilidade e que garanta a preservação ambiental e a permanência da biodiversidade; um constante processo de diálogo entre os membros familiares e a inserção de outras atividades e/ou alternativas que contribuam para a permanência dos jovens e mulheres

no meio rural, com possibilidades de valorização do trabalho por meio da agregação de valor aos produtos e, conseqüentemente, aumento de renda e melhor qualidade de vida. Essas estratégias são vistas pelas três gerações como alguns dos caminhos que podem contribuir para o fortalecimento da unidade produtiva e, por conseguinte, para a continuidade da agricultura familiar.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**. v.11, n.1, jan. /jun. 2008, p.13-21.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 24 out.2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril/2004.

BUBLITZ, J. O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. História.

Unisinos. Vol. 12 Nº 3:207-218, set. dez. 2008.

BUBLITZ, J. Desmatamento Civilizador: A História Ambiental da Colonização Europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924). **III Encontro da ANPPAS** Brasília, 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros),1964.

CARNEIRO, M.J. Comida de roça e comida de mercado. In.: Reunião Brasileira de Antropologia, 25. Goiânia, **Anais Goiânia**: ABA, 2006.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2001.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R.S. (orgs.). **Para Além da Produção. Multifuncionalidade e Agricultura**

familiar. Rio de Janeiro/ Brasília: Mauad/CPDA-UFRRJ/NEAD, 2003.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed. 2010, 296 p.

DIAS, V.V; *et al.* O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVIII, n. 1 p. 61-182. 2015.

DILTHEY, W. **Os tipos de concepção de mundo**. Tradutor Artur Morão. (1992). Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/dilthey_tipos_de_concepcao_do_mundo.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019.

DORIGON, C.; RENK, A. **Juventude rural, produtos coloniais e pluriatividade**. Chapecó: Argos 2013, 95 p.

GARCIA, R.W.D. Alimentação e saúde nas representações e práticas alimentares do comensal urbano. In: CANESQUI, A. M. (Org.); GARCIA, R. V. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos sociais agrícolas**, Rio de Janeiro, 2007, vol. 15, no. 1, p. 89-122. Orien

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo horizonte. v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRISA, C. **A produção pro gasto: um estúdio comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. Orientador: Sérgio Schneider. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, vol.52 supl.1, p S125-S146, 2014.

HERRERA, K.M. O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan. /abr. 2010.

INGOLD, T. **Humanidade e Animalidade**. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05.htm. Acesso em: 1 dez. 2016.

INGOLD, T. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento humano. **Revista Ponto Urbe**, São Paulo, n. 3, 2008.

INGOLD, T. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.18 n.37, 2012.

LISBOA, A.V.; CARNEIRO, T.F.; JABLONSKI, C.B. Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 51-59, jan./abr. 2007.

MACHADO, V.F. A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92. III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF.

MENASCHE, R. Comida: Alimento transformado pela cultura. In. **Cadernos IHU em formação**. A Ética Alimentar. Como cuidar da saúde e do planeta. Ano 3.n.23. Unisinos. São Leopoldo-RS. 2007. MENEZES, M.A. MARIN, R.A. (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias** Vol. I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, 2009.

MOTTA, A. B.; WELLER W. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2. maio/agosto 2010.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. FAO: **trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo** (Publicado em 16/10/2018). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-a-seguranca-alimentar-no-mundo/>. Acesso em: 9 mar.2019.

NASCIMENTO, E.P.do Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados** 26 (74), 2012.

NEUMANN, E., et. al. **As transformações recentes no espaço rural**

brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990, Curitiba, v.40, p. 191 -208, 2016.

PAULILO, M.I. O peso do trabalho leve. In. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro.v.5. 28, p 64-70. Jan/fev. /1987.

RAMUNDO STADUTO, J.; et al. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 10 (72), 2013, 91-115.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó, Grifos,2000.

SABOURIN, E; CARON, P. Camponeses e Fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In GODOI, E.P.; MENEZES, M.A. MARIN, R.A. (orgs.) **Diversidade do campesinato; expressões e categorias. Vol. II; estratégias de reprodução social**, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, 2009.

SANTOS, C.F.; et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 2. p. 33-52. abr.-jun. 2014.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109. 2005.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

SEYFERTH, G. **Campesinato e o Estado no Brasil**, Mana 17(2): 395-417, 2011.

SEYFERTH, G. Colonização europeia, campesinato e diferenciação cultural no vale do Itajaí (SC). In GODOY, E.p. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R.A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades** v. 1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009).

SEYFERTH, G. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **MÉTIS: história & cultura**. v. 11, n. 22, p. 13-39, jul. /dez. 2012

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres Rurais e Políticas Públicas no Brasil, abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In GRISA, C; SCNHEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, A.J. *et al.* Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Bol. geogr.** Maringá, v.34, n.2, p.81-97, 2016.

SILVA, C. B.de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2010, pag. 183-207.

STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V.L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**.V.8-n1, março 2011,

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999a.

TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999b.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n 3, p.383-404, 1996.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez.

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora da UFPR n. 2, p. 29-37, jul. /dez. 2000.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, out. 2003: 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WOORTMANN, E.; CAVIGNAC, J.A. (org.) **Ensaio sobre a antropologia da alimentação** [recurso eletrônico]: saberes, dinâmicas e patrimônios, Natal, RN: EDUFRN, 2016.

WOORTMANN, K. **Com Parente Não se Negueia**: O Campesinato Como Ordem Moral. Anuário Antropológico/87. Editora

Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**; Brasília, 50, 1985.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec.1995.

WOORTMANN, E.F. Memória alimentar: prescrições e proscritões. *In*

WOORTMANN, E.; CAVIGNAC. J. (org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal, RN: EDUFRRN, 2016.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.